



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=CS0hguXo7L5J92bKxM7A0&chave2=bivYHkOtZxwAGxck14PdLw  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07033258844-GUSTAVO SCIARRA|31570670870-VINICIUS DA SILVA PINTO|86697811749-JOSE RICARDO DE QUEIROZ PEREIRA

**STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA.**  
CNPJ/MF nº 01.568.077/0001-25  
NIRE nº 26.201.004.625

**57ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Pelo presente instrumento particular,

1. **STERICYCLE INTERNATIONAL HOLDINGS LIMITED**, companhia legalmente organizada sob as leis da Inglaterra, com sede em Knostrop Treatment Works, Knowsthorpe Lane, Leeds, West Yorkshire, LS9 0PJ, Reino Unido, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.706.587/0001-63, neste ato representada por seu procurador, Sr. Gustavo Sciarra, brasileiro, casado, gerente jurídico sênior, portador da cédula de identidade RG nº 8125453351 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 070.332.588-44, residente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Monte Alegre, 200, apto. 151, Perdizes, CEP 05014-000, conforme procuração arquivada na Junta Comercial de Pernambuco sob o nº 20229757243, em 17.02.2022;

2. **STERICYCLE INTERNATIONAL LIMITED**, companhia legalmente organizada sob as leis do País de Gales, com sede em Apex House, London Road, Northfleet, Reino Unido, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.477.328/0001-10, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Gustavo Sciarra, acima qualificado, conforme procuração arquivada na Junta Comercial de Pernambuco sob o nº 20229757383, em 17.02.2022; e

3. **B-GREEN PARTICIPAÇÕES LTDA. (nova denominação social da Stericycle Participações Ltda.)**, devidamente constituída e existente sob as leis da República Federativa do Brasil, com sede da Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Rua Viriato Correia, nº 83, Boa Viagem, CEP 51030-510, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.887.092/0001-34, neste ato representada pelo seu administrador, o Sr. Gustavo Sciarra, acima qualificado;

únicas sócias da sociedade empresária de responsabilidade limitada denominada **STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.568.077/0001-25, com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Rua

23/08/2023



http://assinador.pscs.com.br/assinadordweb/autenticacao?chave1=CS0hguXo715J92bKXUM7Aq&chave2=biyYHkOtZXwAGxCKi4PdLw  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07033258844-GUSTAVO SCIARRA|31570670870-VINICIUS DA SILVA PINTO|86697811749-JOSE RICARDO DE QUEIROZ PEREIRA

Viriato Correia, 83, 1º andar, Boa Viagem, CEP 51030-510, com seu Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco (“JUCEPE”) sob NIRE 26.201.004.625, em sessão de 03 de dezembro de 1996 (“Sociedade”), e ainda,

4. **TAURUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA**, devidamente constituído e existente sob as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 1702, bairro de Botafogo, CEP 22.250-906, inscrita no CNPJ/MF sob nº 50.305.472/0001-20, neste ato representada por sua administradora **MASTER S/A CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 228, Sala 1702 – Botafogo - CEP 22250-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.886.862/0001-12, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) sob NIRE 3330001291-5, neste ato representada por **José Ricardo de Queiroz Pereira**, brasileiro, bancário, vivendo em união estável, portador da cédula de identidade RG nº. 06473016 – IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 866.978.117-49 e **Vinicius da Silva Pinto**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 28.968.554-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 315.706.708-70, ambos com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 5º andar, Torre B, Itaim Bibi, CEP 04538-133.

Têm entre si justo e contratado, de mútuo e comum acordo, alterar o Contrato Social da seguinte forma:

#### 1. **Do aumento do Capital Social**

1.1. Tendo em vista que o capital social encontra-se totalmente integralizado, é aprovado o seu aumento em R\$ 58.399.985,00 (cinquenta e oito milhões, trezentos e noventa e nove mil e novecentos e oitenta e cinco reais), mediante a emissão de 58.399.985 (cinquenta e oito milhões, trezentas e noventa e nove mil e novecentas e oitenta e cinco) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, todas idênticas as já existentes (“Novas Quotas”). Em vista disso, o capital social da Sociedade passa de R\$ 539.354.848,00 (quinhentos e trinta e nove milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil

23/08/2023



e oitocentos e quarenta e oito reais), dividido em 539.354.848 (quinhentas e trinta e nove milhões, trezentas e cinquenta e quatro mil e oitocentas e quarenta e oito) quotas para R\$ 597.754.833,00 (quinhentos e noventa e sete milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e trinta e três reais), dividido em 597.754.833 (quinhentas e noventa e sete milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, oitocentas e trinta e três) quotas.

1.2. Mediante expressa renúncia das sócias **B-GREEN Participações Ltda.** e **Stericycle International Limited** aos seus respectivos direitos de preferência, as Novas Quotas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas pela sócia **Stericycle International Holdings Limited**.

## 2. Cessão e Transferência de Quotas

2.1 A sócia **Stericycle International Holdings Limited** cede e transfere, a título oneroso, todas as 571.266.933 (quinhentas e setenta e uma milhões, duzentas e sessenta e seis mil e novecentas e trinta e três) quotas que detém no capital social da Sociedade, totalmente integralizadas, à **Taurus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, acima qualificado, que, desta forma, torna-se sócio da Sociedade. Em consequência, a **Stericycle International Holdings Limited** deixa de ser sócia da Sociedade.

2.2. Subsequentemente, a sócia **Stericycle International Limited**, também cede e transfere, a título oneroso, todas as 24.455.727 (vinte e quatro milhões, quatrocentas e cinquenta e cinco mil e setecentas e vinte sete) quotas que detém no capital social da Sociedade, totalmente integralizadas, ao sócio **Taurus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**. Em consequência, a **Stericycle International Limited** deixa de ser sócia da Sociedade.

2.3. A sócia **B-GREEN PARTICIPAÇÕES LTDA.**, acima qualificada, renuncia expressamente, neste ato, ao seu direito de preferência na aquisição das quotas ora cedidas.

2.4. Em razão das deliberações constantes no item 1 e 2 acima, a Cláusula 5ª do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação:

23/08/2023



**“Cláusula 5ª – O Capital Social da Sociedade é de R\$ 597.754.833,00 (quinhentos e noventa e sete milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e trinta e três reais), representado por 597.754.833 (quinhentas e noventa e sete milhões, setecentas e cinquenta e quatro mil, oitocentas e trinta e três) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas, divididas entre as sócias da seguinte forma:**

**A sócia *B-GREEN Participações Ltda.* detém 2.032.173 (dois milhões, trinta e duas mil, cento e setenta e três) quotas, no valor nominal total de R\$1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 2.032.173,00 (dois milhões, trinta e dois mil, cento e setenta e três reais); e**

**O sócio *Taurus Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia* detém 595.722.660 (quinhentas e noventa e cinco milhões, setecentas e vinte e duas mil seiscentas e sessenta) quotas, no valor nominal total de R\$1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 595.722.660,00 (quinhentos e noventa e cinco milhões, setecentos e vinte e dois mil seiscentos e sessenta reais);**

<i>Sócias</i>	<i>Quotas</i>	<i>Valor (R\$)</i>	<i>Participação</i>
<i>B-GREEN Participações Ltda.</i>	2.032.173	2.032.173,00	0,34
<i>Taurus Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia</i>	595.722.660	595.722.660,00	99,66
<b>Total</b>	<b>597.754.833</b>	<b>597.754.833,00</b>	<b>100%</b>

## **2. Alteração de denominação social da Sociedade**

2.1. As sócias decidem alterar a denominação social da Sociedade de “Stericycle Gestão Ambiental Ltda.” para “B-GREEN Gestão Ambiental Ltda.”. Consequentemente, a Cláusula 1ª de seu Contrato Social, passará a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula 1ª - A Sociedade tem a denominação social “B-GREEN Gestão Ambiental Ltda.” (“Sociedade”) e rege-se pelo presente contrato social consolidado, pela**



*disciplina das sociedades limitadas e, supletivamente, pelas normas das sociedades anônimas”.*

### **3. Alterações de outras cláusulas do Contrato Social**

3.1. As sócias decidem alterar a redação das Cláusulas 14ª e 15ª do Contrato Social da Sociedade, sendo as demais cláusulas devidamente renumeradas, para prever o quanto segue:

*“Cláusula 14ª - A Sociedade e seus sócios obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e no Contrato Social da Sociedade”.*

*“Cláusula 15ª – Jurisdição Especial dos Tribunais. A Sociedade e seus sócios estão plenamente cientes de todos os termos e efeitos deste compromisso de arbitragem e concordam irrevogavelmente que a arbitragem é a única forma de resolução de disputas. Sem prejuízo da validade deste compromisso arbitral, as Partes elegem o Foro da Comarca do Recife, Estado de Pernambuco, com exclusão de qualquer outro - se e quando necessário, com o único objetivo de: (i) fazer cumprir a decisão arbitral ou de certas obrigações indiscutíveis e a pagar; (ii) obter medidas coercitivas ou provisórias para garantir que os procedimentos arbitrais sejam instaurados ou já estejam em curso entre as Partes e/ou para assegurar a eficácia dos procedimentos arbitrais; ou (iii) obter ordens judiciais bem como ordens de execução específicas”.*

3.2. Ainda, as sócias decidem alterar a redação da Cláusula 16ª do Contrato Social da Sociedade, sendo as demais cláusulas devidamente renumeradas, para prever o quanto segue:

*“Cláusula 16ª – A Sociedade, seus sócios e seus administradores, conforme o caso, deverão observar as regras de governança previstas no artigo 8º da Instrução CVM nº*



578, de 30 de agosto de 2016, inclusive: (a) a disponibilização para os sócios de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia; e (b) no caso de abertura de capital da Companhia, aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa compatíveis com os níveis estabelecidos para o segmento Novo Mercado da BM&F Bovespa, ou similar que venha a substituí-lo.”

#### **4. Consolidação do Contrato Social**

4.1. Ante as alterações acima, as demais cláusulas do contrato social permanecem inalteradas e o Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação consolidada:

### **CONTRATO SOCIAL DE B-GREEN GESTÃO AMBIENTAL LTDA.**

#### **CAPÍTULO I ENDEREÇO, OBJETO SOCIAL E NOVA FILIAL**

**Cláusula 1<sup>a</sup>** – A Sociedade tem a denominação social “**B-GREEN Gestão Ambiental Ltda.**” (“Sociedade”) e rege-se pelo presente contrato social consolidado, pela disciplina das sociedades limitadas e, supletivamente, pelas normas das sociedades anônimas.

**Cláusula 2<sup>a</sup>** – A Sociedade tem sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Rua Viriato Correia, 83, 1º andar, Boa Viagem, CEP 51030-510, podendo abrir, manter e fechar filiais, escritórios, agências, depósitos, representações ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer localidade do país ou do exterior, por meio de alteração deste contrato social.

§1<sup>a</sup>- A sociedade possui as seguintes filiais:

**Filial 1**, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida da Recuperação, 1212, Passarinho; CEP 52.170-640, registrada sob o NIRE 26.900.405.467 e CNPJ (MF) nº 01.568.077/0002-06;



**Filial 2**, na Cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco, na Rua T, nº. 15, Distrito Industrial, CEP: 56.308-429, registrada sob o NIRE 26.900.361.206 e CNPJ (MF) nº 01.568.077/0003-97;

**Filial 3**, no Estado de Pernambuco, Cidade de Caruaru, na Avenida Mestre Vitalino, 145, Agamenon Magalhães, CEP 55.034-040, registrada sob o NIRE 26.900.361.214 e CNPJ (MF) nº 01.568.077/0004-78;

**Filial 4**, na Cidade de Ceilândia, Distrito Federal, no Setor Industrial de Ceilândia, QI 21, complemento lote 51/53/55; CEP 72.265-210, registrada sob o NIRE 53.900.238.279 e CNPJ (MF) nº 01.568.077/0006-30;

**Filial 5**, na Cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, na Estrada Marciano Flores Mendonça, 2550, Passo das Tropas, CEP 97.140-000, registrada sob o NIRE 43.901.602.715 e CNPJ (MF) 01.568.077/0007-10;

**Filial 6**, na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Estrada Particular Sadae Takagi, n.º 390, bairro Cooperativa, CEP 09852-070, registrada sob o NIRE 35.904.318.990 e CNPJ (MF) nº 01.568.077/0008-00;

**Filial 7**, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, 498, 4º Andar, Pinheiros, CEP 05422-902, registrada sob o NIRE 35.904.319.007 e CNPJ (MF) 01.568.077/0010-16, com atividade exclusiva de serviços combinados de escritório e de apoio administrativo;

**Filial 8**, na Cidade de Simões Filho, Estado da Bahia, no Distrito-2.4.10, Via de Penetração – A, lote 04/Cia. Sul – Centro Industrial de Aratu, CEP 43.700-000, registrada sob o NIRE 29.901.091.311 e CNPJ (MF) 01.568.077/0011-05;

**Filial 9**, na Cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, na Avenida Geraldo Potyguara Silveira Franco, 950, Parque das Empresas, CEP 13.803-280, registrada sob o NIRE 35.904.567.213 e CNPJ (MF) 01.568.077/0012-88;

**Filial 10**, na Cidade de Jacareí, Estado de São Paulo, na Rua Padre Eugênio, n.º 896 - Jardim Jacinto – CEP 12322-690, registrada sob o NIRE 35.904.319.023 e CNPJ (MF) 01.568.077/0013-69;





**Filial 11**, no Distrito Industrial – João Pessoa, Estado da Paraíba, na Rua Projetada, s/n, quadra 491, lote 0070, CEP 58.082- 025, registrada sob o NIRE 25.900.203.511 e CNPJ (MF) 01.568.077/0014-40;

**Filial 12**, na Cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, na Av. Geraldo Potyguara Silveira Franco, nº 1000, Parque das Empresas, CEP 13803-280, registrada sob o NIRE 35.904.726.419 e CNPJ (MF) 01.568.077/0015-20;

**Filial 13**, na Cidade de Piratininga, Estado de São Paulo, na Rua Coronel José Pereira Campos, nº 53, Distrito Industrial, CEP. 17.499-002, registrada sob o NIRE 35.904.771.317 e CNPJ (MF) 01.568.077/0016-01;

**Filial 14**, na Cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Edgard Batista Frutuoso, nº 400, Distrito Industrial Onofre Jacometi, CEP. 14.406-225, registrada sob o NIRE 35.904.771.325 e CNPJ (MF) 01.568.077/0017-92;

**Filial 15**, na Cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte, na Rua Sebastião de Souza Revoredo, SN, Bairro Jardins, CEP: 59294-498, registrada sob o NIRE 24.900.262.141 e CNPJ (MF) 01.568.077/0019-54;

**Filial 16**, na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco, na Av. Fernandes Vieira, nº 130, Engenho Guararapes Parte Prazeres, bairro de Marcos Freire, CEP 54360-020, registrada sob o NIRE 26900738563 e CNPJ (MF) 01.568.077/0020-98;

**Filial 17**, na Cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, na Avenida do Contorno, Km 46,5, Loteamento Brasilândia, Planalto Treze de Maio, CEP 59.633-629, registrada sob o NIRE 24.900.262.168 e CNPJ (MF) 01.568.077/0021- 79;

**Filial 18**, na Cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul, na RS 344, Km 98, nº 1687, Bairro Kurtz, CEP. 99804-750, registrada sob o NIRE 43.901.736.282 e CNPJ (MF) 01.568.077/0023-30;

**Filial 19**, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida das Indústrias, nº 825, Sala A, Bairro São João, CEP 90200-290, registrada sob o NIRE 43.901.736.274 e CNPJ (MF) 01.568.077/0024-11;





**Filial 20**, na Cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua João Flores, nº 242, Integração, CEP: 99.034- 130, registrada sob o NIRE 43.901.736.266 e CNPJ (MF) 01.568.077/0025-00;

**Filial 21**, na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua José Rodrigues, nº 125-parte, Distrito Industrial, CEP 38.402-335, registrada sob o NIRE 3190238745-1 e CNPJ (MF) 01.568.077/0026-83;

**Filial 22**, na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Rua 18, nº 01, Quadra M, Módulo 1, Distrito Industrial, CEP 65.090-269, registrada sob o NIRE 21.900.262.530 e CNPJ (MF) 01.568.077/0027-64;

**Filial 23**, na Cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, na Avenida Filipinas, s/n, Lote B, Jurema, CEP. 45.023-300, registrada sob o NIRE 2990118569-2E CNPJ (MF) 01.568.077/0028-45;

**Filial 24**, na Cidade de Trindade, Estado de Goiás, na Avenida José Fernandes Alves, Quadra 02, Lote 34, Setor Morada do Bosque, CEP 75384-030, registrada sob o NIRE 52160487200 e CNPJ/MF nº 01.568.077/0029-26;

**Filial 25**, na Cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, na Rua Fernando de Noronha, nº 846, Jardim Nova Europa, CEP: 13.184-850, NIRE 3590541430-5 e CNPJ nº 01.568.077/0032-21;

**Filial 26**, na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Rodovia Marechal Rondon. KM 354, Parque São Geraldo, CEP 17.022-531, NIRE 35905450883 e CNPJ (MF) 01.568.077/0033-02;

## **CAPÍTULO II** **OBJETO SOCIAL**

**Cláusula 3ª** – O objeto social da Sociedade compreende: (i) coleta de resíduos perigosos; (ii) coleta de resíduos não perigosos; (iii) tratamento e disposição de resíduos não perigosos; (iv) usina de compostagem; (v) tratamento e disposição de resíduos perigosos; (vi) serviços combinados de escritório e apoio administrativo; (vii) comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos; (viii) comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto papel e papelão; (ix) prestação de serviços técnicos de engenharia civil; (x) Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico,



cirúrgico, hospitalar e de laboratórios; (xi) Holding de Instituições não financeiras; (xii) atividades relacionadas a esgoto exceto a gestão de redes (xiii) serviços de eliminação de microrganismos nocivos por meio de esterilização em produtos agrícolas, livros, equipamentos médico-hospitais e outros;

Parágrafo Único – Visando a consecução de seu objeto social, a Sociedade poderá abrir filiais, constituir subsidiárias ou participar do capital social de outras empresas, na qualidade de sócia ou acionista.

### **CAPÍTULO III** **PRAZO DE DURAÇÃO**

**Cláusula 4ª** – A Sociedade terá duração por prazo indeterminado.

### **CAPÍTULO IV** **CAPITAL SOCIAL**

**Cláusula 5ª** – O Capital Social da Sociedade é de R\$ 597.754.833,00 (quinhentos e noventa e sete milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e trinta e três reais), representado por 597.754.833 (quinhentas e noventa e sete milhões, setecentas e cinquenta e quatro mil, oitocentas e trinta e três) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas, divididas entre as sócias da seguinte forma:

A sócia **B-GREEN Participações Ltda.** detém 2.032.173 (dois milhões, trinta e duas mil, cento e setenta e três) quotas, no valor nominal total de R\$1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 2.032.173,00 (dois milhões, trinta e dois mil, cento e setenta e três reais); e

O sócio **Taurus Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia** detém 595.722.660 (quinhentas e noventa e cinco milhões, setecentas e vinte e duas mil seiscentas e sessenta) quotas, no valor nominal total de R\$1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 595.722.660,00 (quinhentos e noventa e cinco milhões, setecentos e vinte e dois mil seiscentos e sessenta reais);



Sócias	Quotas	Valor (R\$)	Participação
B-GREEN Participações Ltda.	2.032.173	2.032.173,00	0,34
Taurus Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia	595.722.660	595.722.660,00	99,66
Total	597.754.833	597.754.833,00	100%

## **CAPÍTULO V** **RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS**

**Cláusula 6ª** - A responsabilidade de cada sócio está limitada ao valor de suas quotas respondendo todos solidariamente pela integralização do Capital Social.

## **CAPÍTULO VI** **REUNIÕES E DELIBERAÇÕES SOCIAIS**

**Cláusula 7ª** - As deliberações sociais serão tomadas em reuniões de sócios, realizadas em conformidade com o disposto em lei e neste contrato social nos parágrafos abaixo e sempre por maioria de votos, quando a lei não exigir quórum específico.

§1º - As reuniões de sócios realizar-se-ão, ordinariamente, até o quarto mês seguinte ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

§2ª - As reuniões de sócios serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de titulares de no mínimo  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do Capital Social, e, em segunda, com qualquer número de sócios.

§3ª - O sócio pode ser representado nas reuniões por outro sócio, por advogado ou por procurador, estes últimos mediante outorga de mandato com especificações dos atos autorizados, devendo o instrumento de mandato ser levado a registro juntamente com a ata de reunião.

§4ª - As reuniões de sócios serão convocadas por qualquer sócio, sempre que necessário, por meio de envio de correspondência por escrito em que se fará constar o local, a data, a hora e a ordem do dia, enviada com antecedência mínima de 10(dez)



dias. Dispensa-se a convocação das reuniões quando todos os sócios comparecerem e/ou se declararem, por escrito, cientes das matérias a serem debatidas.

§5ª – A realização da reunião de sócios será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria o objeto dela.

§6ª – As deliberações quanto à exclusão por justa causa de sócios serão tomadas pela maioria do capital social, quando se entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade, sendo que a exclusão somente poderá ser determinada em reunião exclusivamente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa, conforme o artigo 1.085 da Lei 10.406/2002.

## **CAPÍTULO VII** **ADMINISTRAÇÃO**

**Cláusula 8ª** - A Sociedade será administrada e representada por um ou mais administrador(es), residente(s) no Brasil, eleito(s) e destituíveis pelos sócios, a qualquer tempo, neste contrato ou em reunião de sócios, realizada de acordo com a Cláusula 7ª acima, podendo tal(is) administrador(es) ser(em) sócio(s) ou não. O(s) administrador(es) da Sociedade estará(ão) dispensado(s) de prestar caução.

§1ª – O(s) Administrador(es) será(ão) havido(s) como empossado(s) na data de sua nomeação, permanecendo em seu(s) cargo(s) por tempo indeterminado, podendo ser substituído(s) a qualquer momento.

§2ª – Caso o(s) Administrador(es) seja(m) designado(s) em ato separado a este contrato social, será(ão) investido(s) no cargo mediante assinatura do respectivo termo de posse.

§3ª – A remuneração do(s) Administrador(es) será estabelecida pelo sócio representando a maioria do capital social, sendo levada à conta de despesas gerais da Sociedade.

§4ª – São expressamente vedados, sendo nulos de pleno direito e inoperantes perante a Sociedade, salvo quando praticados no interesse estrito da mesma e no âmbito estrito de suas atividades, os atos praticados por quaisquer sócios, procuradores, diretores, gerentes, delegados ou funcionários que envolverem a Sociedade em obrigações



relativas a negócios ou operações estranhas ao seu objeto social, tais como fiança, avais ou prestações de garantias de qualquer natureza em favor de terceiros, ressalvando-se, todavia, as fianças prestadas em favor de qualquer um dos sócios perante os órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, desde que haja interesse da Sociedade.

**Cláusula 9ª**- O(s) Administrador(es) poderá(ão), de forma individual e/ou coletiva, praticar(em) os atos que dizem respeito à administração da Sociedade, ressalvada as restrições indicadas nos parágrafos abaixo e na Cláusula 10ª deste Contrato Social:

§1ª – Caberá ao(s) Administrador(es), isoladamente, representar a Sociedade em Juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais. Tal representação, a critério da Sociedade, poderá ainda ser delegada a terceiro, por meio de simples outorga de poderes formalizada através de Instrumento Particular de Procuração com esse fim.

§2º – Caberá ao(s) Administrador(es), em conjunto, quando houver mais de um, ou, ao Administrador em conjunto com um Procurador, a representação da Sociedade e a administração e orientação dos negócios, na prática dos seguintes atos:

- a) A administração, orientação e direção dos negócios sociais, incluindo a compra, a venda, a troca ou alienação, por qualquer outra forma, de bens móveis e imóveis da Sociedade, determinando os respectivos termos, preços e condições; e
- b) A assinatura de quaisquer documentos, que importem em responsabilidade ou obrigação financeiras da Sociedade, tais como empréstimos, escrituras, títulos de dívidas cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros, como também abrir e encerrar contas correntes e/ou contas de pagamento, inclusive por meio de cartão de débito e de crédito, realizar transferências ou cobranças via DOC, TED, PIX e ou qualquer meio

## **CAPÍTULO VIII** **REPRESENTAÇÃO DOS SÓCIOS**

**Cláusula 10ª**- Qualquer dos sócios poderá constituir mandatário para se fazer representar perante os outros sócios e perante a Sociedade, inclusive para exercer a administração que lhe for pertinente nos termos do capítulo anterior.



§1º - A constituição do mandatário somente poderá ocorrer através de instrumento público e mediante prévia e expressa anuência, por escrito, dos demais sócios, e da procuração, deverão constar obrigatoriamente a especialização dos atos a serem praticados pelo mandatário e o prazo de validade do mandato, o qual, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou motivo de força maior devidamente comprovados, em nenhuma hipótese poderá ser superior a 02 (dois) anos.

§2ª – Ocorrendo, na outorga do mandato, omissão quanto ao prazo de sua validade ou a fixação superior a 02 (dois) anos, entender-se-á com válida a representação tão somente pelo prazo de 02 (dois) anos contados da data da outorga, sendo assim de todo ineficaz a outorga do mandato, para todos os fins e efeitos de direito e sob toda e qualquer circunstância, no que ultrapassar o prazo de 02 (dois) anos.

## **CAPÍTULO IX** **CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA**

**Cláusula 11ª**- Um sócio não poderá em hipótese alguma, sem o consentimento dos outros sócios, manifestado sempre por escrito, ceder ou transferir a terceiros, nem mesmo parcialmente, as suas quotas do Capital Social da Sociedade.

Parágrafo Único – Direito de preferência - Caso um dos sócios deseje se retirar da Sociedade, deverá dar aos demais preferência para adquirir suas quotas, a ser exercida no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de recebimento de notificação escrita individualmente pelos demais sócios, em igualdade de condições de qualquer terceiro ofertante.

## **CAPÍTULO X** **ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES** **CONTÁBEIS, RESULTADO E SUA DISTRIBUIÇÃO**

**Cláusula 12ª** - Os exercícios social e fiscal terão início em 1º de janeiro e terminarão em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício, será levantado o respectivo balanço patrimonial, o balanço de resultado econômico.



§1º - Do lucro líquido do Exercício serão deduzidas as reservas exigidas por Lei e outras que sejam determinadas pelos sócios. O saldo remanescente será distribuído entre os sócios no caso de lucro, e suportado, no caso de prejuízo, na proporção do número de quotas integralizadas que cada um deles estiver em relação ao capital social, caso estes não deliberem, por unanimidade, de forma diferente.

§2ª - Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, por deliberação dos sócios, tomada nos moldes da Cláusula 7ª do presente instrumento, poderá ser feita a apuração e a distribuição mensal dos lucros da Sociedade, através de balancete especial, observadas as disposições constantes da legislação do Imposto de Renda e demais normas aplicáveis à espécie.

## **CAPÍTULO XI** **RETIRADA, LIQUIDAÇÃO, FALECIMENTO, INCAPACIDADE** **SUPERVENIENTE, INSOLVÊNCIA E EXCLUSÃO DE SÓCIO**

**Cláusula 13ª**- A apuração do capital e haveres do sócio que se retirar, falecer, que tiver sua falência decretada, que for declarado incapaz e/ou insolvente, ou que for excluído da Sociedade, bem como nas hipóteses dos Arts. 1.077 e 1.031 do Código Civil, obedecerá ao disposto no §1º a seguir ou ao disposto no §2º abaixo, prevalecendo entre eles o modo de apuração do qual resulte o maior valor pago ao sócio pelo capital e haveres pertinentes ao mesmo.

§1º - A apuração do capital e haveres poderá ser feita com observância às seguintes regras:

- (i) Se o ato ou fato ocorrer no prazo de até 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, preceder-se-á a apuração do seu capital e haveres com base no Balanço Geral do exercício findo;
- (ii) Se ocorrer após esse prazo, levantar-se-á um Balanço Especial na data da ocorrência, salve se o ato ou fato ocorrer nos últimos 03 (três) meses do exercício social, hipótese em que a apuração dar-se-á com base no Balanço Geral do exercício da ocorrência, a ser levantado, posteriormente, no dia 31 de dezembro do exercício da ocorrência, devendo ser formalmente concluído no prazo estabelecido pela legislação vigente.





§2º - O valor do capital e haveres do sócio poderá ainda ser definido tomando-se por base de cálculo o montante equivalente a 03 (três) vezes o valor do lucro líquido apurado nos 12 (doze) meses de calendário imediatamente anteriores à data da ocorrência, ficando esclarecido e pactuado que o aludido valor do capital e haveres do sócio será calculado proporcionalmente ao número de quotas de titularidade do mesmo.

§3º - O pagamento do capital e haveres que se refere o §1º retro, será feito em 12(doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, nos termos do mesmo parágrafo, e as demais em igual dia dos meses do calendário subsequente. Se a hipótese for de falecimento ou insolvência de sócio, o capital e haveres do mesmo, obedecidas às prescrições legais reguladoras da hipótese, serão, na forma e no prazo agora estabelecidos, entregues a quem de direito.

§4º - As prestações mencionadas no anterior §2º serão corrigidas de acordo com a variação do INPC ocorrida no período compreendido entre a data do término da apuração dos haveres e a data do efetivo pagamento da correspondente parcela.

§5º - Quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da Sociedade, mediante alteração do contrato social, nos termos do Art. 1.085 do Código Civil.

## **CAPÍTULO XII** **ARBITRAGEM**

**Cláusula 14ª** - A Sociedade e seus sócios obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e no Contrato Social da Sociedade.

**Cláusula 15ª** - Jurisdição Especial dos Tribunais. A Sociedade e seus sócios estão plenamente cientes de todos os termos e efeitos deste compromisso de arbitragem e concordam irrevogavelmente que a arbitragem é a única forma de resolução de disputas.



Sem prejuízo da validade deste compromisso arbitral, as Partes elegem o Foro da Comarca do Recife, Estado de Pernambuco, com exclusão de qualquer outro - se e quando necessário, com o único objetivo de: (i) fazer cumprir a decisão arbitral ou de certas obrigações indiscutíveis e a pagar; (ii) obter medidas coercitivas ou provisórias para garantir que os procedimentos arbitrais sejam instaurados ou já estejam em curso entre as Partes e/ou para assegurar a eficácia dos procedimentos arbitrais; ou (iii) obter ordens judiciais bem como ordens de execução específicas.

### **CAPÍTULO XIII** **ENQUADRAMENTO À INSTRUÇÃO CVM Nº 578**

**Cláusula 16ª** - A Sociedade, seus sócios e seus administradores, conforme o caso, deverão observar as regras de governança previstas no artigo 8º da Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, inclusive: (a) a disponibilização para os sócios de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia; e (b) no caso de abertura de capital da Companhia, aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa compatíveis com os níveis estabelecidos para o segmento Novo Mercado da BM&F Bovespa, ou similar que venha a substituí-lo.

### **CAPÍTULO XIV** **DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Cláusula 17ª** - Os Sócios designam para o(s) cargo(s) de administrador(es) da Sociedade o(s) Sr(s): (i) **GUSTAVO SCIARRA**, brasileiro, casado, Gerente Jurídico Senior, portador do RG nº 8125453351 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 070.332.588-44, residente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Monte Alegre, 200, Apto. 151, Perdizes, CEP 05014-000.

### **DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DOS ADMINISTRADORES**



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=CS0hguXo715J92bKXUM7Aq&chave2=bivYHKotZXwAGXck14PdLw  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07033258844-GUSTAVO SCIARRA|31570670870-VINICIUS DA SILVA PINTO|86697811749-JOSE RICARDO DE QUEIROZ PEREIRA

**Cláusula 18ª** – O(s) Administrador(es) ora eleito(s) declara(m) não estar(em) impedido(s) por lei especial ou condenados por pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, conforme parágrafo 1º do artigo 1.011 do Código Civil.

E, por estarem assim juntas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que produzam os colimados efeitos jurídicos.

Recife/PE, 20 de abril de 2023.

**STERICYCLE INTERNATIONAL HOLDINGS LIMITED**  
p.p. Gustavo Sciarra

**STERICYCLE INTERNATIONAL LIMITED**  
p.p. Gustavo Sciarra

**B-GREEN PARTICIPAÇÕES LTDA.**  
Gustavo Sciarra

**TAURUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES  
MULTIESTRATÉGIA**  
José Ricardo de Queiroz Pereira                      Vinicius da Silva Pinto

23/08/2023



239409850

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	B-GREEN GESTAO AMBIENTAL LTDA
PROTOCOLO	239409850 - 23/05/2023
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	022 - ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL

### MATRIZ

NIRE 26201004625  
CNPJ 01.568.077/0001-25  
CERTIFICO O REGISTRO EM 23/08/2023  
SOB N: 20239409850

### EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20239409850

### REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 07033258844 - GUSTAVO SCIARRA - Assinado em 17/08/2023 às 13:50:52

Cpf: 31570670870 - VINICIUS DA SILVA PINTO - Assinado em 17/08/2023 às 17:45:49

Cpf: 86697811749 - JOSE RICARDO DE QUEIROZ PEREIRA - Assinado em 18/08/2023 às 11:38:21

Assinado eletronicamente por  
JOAO PAULO ROCHA DAMASCENO  
Secretário-Geral

23/08/2023